



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	23292/2024
Data do Início	16/10/2024
Folha	
Rubrica	

**REF: Recurso da empresa UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA referente à Concorrência Pública 01/2024.**

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

**II – DAS RAZÕES DO RECURSO**

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Irregularidade nos documentos de habilitação da empresa QUEBEC;
- Irregularidade no atestado de capacidade técnica da empresa QUEBEC.

**III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS**

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

A ora recorrente alega que a empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA S/A apresentou declaração inverídica referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CF (art. 27, V, da Lei 8.666/93), ou seja, afirma que apesar da declaração informar que não emprega menor de 18 anos, a mesma é falsa, visto que a recorrida emprega sim menores de 18 anos, na condição de menor aprendiz e, ainda, emprega abaixo do mínimo exigido pela lei.

Alegou também que o atestado de capacidade técnica traz inconsistências nos quantitativos apresentados, entre o que fora licitado e o que fora atestado.

As alegações firmadas por esta recorrente foram analisadas. Assim, vejamos.

Após debate, esta Coordenadoria chegou à conclusão de que concorda com a não obrigatoriedade de contratação de menor aprendiz, com mínimo estipulado, visto que a lei que baliza este processo licitatório é a 8.666/93 e a única que traz essa esta obrigação para questões de habilitação é a nova lei 14.133/2021.

Contudo, após envio da contrarrazão, verificamos nas alegações trazidas pela recorrida um fato novo, já que ao realizar sua defesa, informou e confirmou diversas vezes que também contrata menor na condição de aprendiz, o que contraria a declaração apresentada no momento da habilitação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Assim, apesar de não precisar comprovar cota mínima de contratação, sendo um dos documentos de habilitação a declaração com a opção de informar sobre a contratação de menor na condição de aprendiz, o que a ora recorrida afirma que contrata, esta deveria ter sido feita já que a declaração dispõe dessa opção.

Quanto a análise do atestado de qualificação técnica, podemos concluir que a comprovação da qualificação técnica guarda relação direta com o objeto da licitação, motivo pelo qual inclusive a Secretaria Requisitante é a responsável pela elaboração do texto integrante do instrumento convocatório, uma vez que detém conhecimento técnico para tal.

Ademais, foge da alçada desta coordenadoria analisar as questões apresentadas, uma vez que apenas podemos atestar a veracidade dos documentos, mas não detemos expertise nem competência técnica para entrar no mérito da discussão. Opinamos por uma reanálise da Secretaria Requisitante.

#### **IV- DAS CONTRARRAZÕES**

Transcorrido o prazo para contrarrrazões, a empresa QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA S/A apresentou tempestivamente suas alegações.

#### **V – CONCLUSÃO**

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo **DEFERIMENTO** quanto ao documento de habilitação. No entanto, quanto à questão de Qualificação Técnica, considerando a matéria abordada pela Recorrente e, ainda, por fugir da alçada desta especializada, resolve submeter o presente recurso à apreciação e conhecimento da Procuradoria deste Município e, após, da Secretaria Requisitante.

Em 24/10/2024.

---

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS  
Matr. 111.813

DE ACORDO

---

THATIA CORRÊA SCHMILDT  
Vice presidente